

O CEMITÉRIO NO QUINTAL: TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS E SIMBÓLICAS NO CEMITÉRIO PÚBLICO DE CABECEIRAS/CE.

Daiana da Silva Fernandes¹, Renata Marinho Paz²

Resumo:

A Comunidade de Cabeceiras – localizada em Barbalha, Ceará – se popularizou, pois, é berço de importantes grupos religiosos, assimilados às narrativas de ‘cultura popular’ caririense; a Irmandade de Penitentes da Cruz destaca-se dentre eles. O cemitério da comunidade surge, ainda no século XIX, durante a epidemia do Cólera. O cemitério é público, porém, historicamente a Irmandade de Penitentes da Cruz é responsável pelos sepultamentos, garantindo que estes sejam apenas dos moradores da Comunidade. Porém, após o investimento patrimonial e a disseminação da imagem dos penitentes, o grupo passa por tensões e fragmentações internas, levando a mudanças no lugar de poder ocupado pela Irmandade dentro da comunidade. O cenário abriu margem para que outros agentes atuassem na organização do cemitério, chegando a mediar sepultamentos estrangeiros e autorizar construções de túmulos. Surgem tensões entre moradores que não podem garantir ‘seu pedaço de chão’ com a construção de um jazido familiar e veem o cemitério lidar com a falta de espaço. O objetivo é entender como as transformações no espaço se relacionam com as mudanças nas relações de poder da comunidade, sobretudo, envolvendo a Irmandade da Cruz.

Palavras-chave: Cemitério. Disputa. Irmandades Religiosas. Patrimônio.

1. Introdução

A principal proposta do trabalho é a análise das transformações espaciais e simbólicas ocorridas no Cemitério Público de Cabeceiras, localizado há pouco mais de seis quilômetros da sede do município de Barbalha, Ceará. As transformações no cemitério atrelam-se às mudanças na conjuntura da própria comunidade, a partir de tensões e disputas entre grupos, sobretudo, envolvendo a *Irmandade de Penitentes da Cruz* – essa, historicamente responsável pelo espaço.

O antigo ‘cemitério dos coléricos’ foi aberto em mutirão para sepultar os mortos que a cidade rejeitava durante a epidemia de 1864 na Região do Cariri. A comunidade cresceu no entorno do cemitério e, a posteriori, o terreno acabou sendo arrendado pela família do Decurião Joaquim Mulato. A partir de então, o Decurião-mestre Joaquim Mulato e a Irmandade passaram a cuidar do espaço e dos sepultamentos. Nessa época, meados dos anos quarenta, os rituais fúnebres rurais eram majoritariamente liderados pelas Irmandade religiosas ‘leigas’, sendo assim, o grupo cuidava desde a alma do moribundo, com benditos

1 Universidade Regional do Cariri, email: daiana.fernandes.354@gmail.com

2 Orientadora. Universidade Regional do Cariri, email: rmarinhopaz@gmail.com

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

e rezas, até do corpo sem vida; muitas vezes providenciando caixões, redes, ou até lençóis para que os defuntos mais pobres não seguissem desamparados a cova. Além disso, era sob o silêncio e escuridão do cemitério que os penitentes realizavam suas penitências, inclusive o autoflagelo.

Foi durante a chefia de Joaquim Mulato, que a Irmandade foi assimilada aos desfiles em Barbalha. Com isso, aqueles corpos dantes misteriosos, trajados em preto e vagando pelas estradas, passar a ter rostos, falas e ritos muito bem definidos em imagens e escritos produzidos. Após a morte de Mulato e dos dois decuriões que o sucederam, a coesão dos membros da Irmandade permaneceu abalada, resultando na chefia cindida entre Antônio Amélia e Epitácio Fabrício.

Epitácio acabou se pondo mais presente nas decisões relativas ao grupo. Inclusive assumindo o controle do cemitério, permitiu sepultamentos de pessoas de outras localidades e ainda mais, túmulos começaram a serem erguidos após a consentimento da construção do primeiro jazido. Essa situação gerou tensão numa parcela de moradores que reivindicam a garantia do sepultamento dos residentes. Porém a trama se complexifica, pois coveiros, Igreja e determinadas famílias passam a agenciar sepultamentos e construções, apesar das restrições.

Dessa forma, o conflito social não se evidencia apenas negativamente, nas relações violentas ou a partir das rupturas entre sujeitos; o conflito é uma forma de sociação (SIMMEL, 1983: 122), enquanto uma forma recorrente de interação, o conflito regula o próprio cotidiano. À vista disso, as disputas pelo espaço se mostram promissoras já que demonstram que tipos de laços e tensões são estabelecidos entre os grupos, como fatores externos corroboram para transformações externas na comunidade.

Objetivo

Analisar como as disputas e os processos de negociação, envolvidos no espaço mediado por Penitentes, coveiros e moradores na comunidade do Sítio Cabeceiras, implicam na organização e percepção do cemitério local.

Metodologia

Tendo em vista uma abordagem etnográfica, buscou-se primeiramente um amplo estudo bibliográfico envolvendo tanto as áreas da antropologia reversa como também da sociologia do conflito. Além disso, leituras sobre patrimônio imaterial, memória e estudos cemiteriais foram indispensáveis para a análise acurada dos materiais empíricos.

Forma realizadas entrevistas semiestruturadas, conversas e observações junto aos sujeitos envolvidos, durante o período de um ano. Acompanhamos os discursos dos chefes da Irmandade de Penitentes Irmãos da Cruz: o decurião Antônio de Amélia e Fabriano Epitácio. Como também foram realizadas entrevistas com o coveiro principal do cemitério, Odir Santos da Silva. O mesmo se mostrou personagem importante da trama pois, além principal interessado nas mudanças do espaço, já que ele empreende as construções dos túmulos, ele também se insere nessa teia de disputas pois, exerce o papel de mediador

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

entre penitentes e moradores (e outros interessados) a fim de conseguir autorizações de sepultamentos e construções.

Entrevistas com os moradores de Cabeceiras também foram realizadas para completar a análise do mosaico das relações. Através delas entendemos características do cemitério que conduzem preferências, ou não, por sepultamentos e como eles percebiam a gratuidade do terreno e exclusividade de enterramentos para residentes. Buscamos distintas visões, tanto daqueles que eram contrários as mudanças no espaço, afirmando desigualdade e risco de perda de espaço, como também aqueles que positivavam as sepulturas como sinônimo de embelezamento e organização.

Por fim, considerando que “a fotografia é um recurso estratégico que se alia ao trabalho de campo” (NOVAES, 2012:13), foram coletados durante as etapas de pesquisa empírica, materiais audiovisuais a fim de reforçar as análises, como também, o de somar-se aos resultados apresentados.

Resultados

O Cemitério Público de Cabeceiras, tem sua fundação ainda durante a epidemia do Cólera, no século XIX. Segundo o médico e historiador, Irineu Pinheiro (1963), o surto assolou rapidamente a região, chegando a contabilizar mais de 50 vítimas diariamente. O cemitério de Cabeceiras, já foi um dentre os “Cemitérios dos Coléricos” (ALEXANDRE, 2013: 10) no Cariri; cemitérios apressadamente abertos, demarcados por valas coletivas, para depositar os mortos que já não cabiam mais nas cidades.

Nas narrativas da Irmandade de Penitentes, o terreno do Cemitério era pertencente à família do primeiro Decurião: Joaquim Mulato, quando a tia e tutora deste faleceu, Mulato herdou esta e outras terras. A figura de Joaquim Mulato é um marco na historicidade da Irmandade da Cruz como também na criação do Popular Caririense. Durante sua chefia, o grupo reconfigura sua existência, antes restrita e velada, passando a atender as demandas por aparições: de festa religiosas a desfiles carnavalescos.

No que diz respeito ao cemitério, como proprietário e figura de autoridade religiosa, Joaquim Mulato designou aos cuidados dos decuriões da Irmandade da Cruz a gestão do cemitério. A partir de então, a autorização dos sepultamentos e de quaisquer mudanças no espaço físico do cemitério ficaria sob desígnio do atual chefe dos penitentes. Mesmo quando adquirido pela prefeitura de Barbalha, a manutenção e gerenciamento do espaço permaneceu sob responsabilidade dos mesmos sujeitos. Irmandade e moradores alegam abandono do lugar por parte dos órgãos públicos.

Logo após o falecimento do terceiro Decurião, Francisco José de Lima (Chico Severo), a liderança do grupo fragmentou-se entre o Decurião “oficial” Antônio, instituído pelo falecido chefe, e, entre o Decurião “representativo”: Epitácio; ele negocia apresentações, entrevistas e ainda apresenta a interessados os locais e objetos simbólicos da Irmandade. Essa tensão acontece, pois, Epitácio transita estrategicamente entre dois *campos*

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

(BOURDIEU, 1996: 21), o religioso e o patrimonial, conseguindo lidar melhor com suas regras, sobretudo do último. Nessa condição, Epitácio é reconhecido externamente como liderança e porta voz do grupo, gerando desentendimentos internos. Além disso, pela primeira vez desde a época de Mulato, a gestão do cemitério não está a cargo do Decurião, e sim, sob responsabilidade de outro membro da irmandade.

Como pontua Reginaldo Gonçalves (1996), a perspectiva patrimonial não serve apenas para representar, ou como alguns apontam: para resguardar valores e tradições; ela também forma pessoas, constrói novos significados nos quais os sujeitos possam vir a operar. Dessa forma, ao invés analisar 'efeitos' do patrimônio sobre um possível caráter original da Irmandade, a proposta é pensar como o patrimônio transforma as relações de poder entre grupos e intra grupos na comunidade, flexionando os usos e atribuições dos espaços. Em outras palavras, como implica negociações entre grupos, incluindo a Irmandade, que se envolvem nas disputas pelo cemitério.

Não existe espaço em uma sociedade que não seja hierarquizado e que não exprima distâncias sociais (BOURDIEU, 1996: 24), dessa maneira, não é possível desvencilhar as mudanças no Cemitério das tensões presentes. Foi a partir da construção do primeiro túmulo, de alguém de fora pertencente à família abastada e influente, que túmulos familiares passam a instituir um marcador de diferenciação e poder, materializado no espaço, mas também reflete hierarquias fora dele. Esses marcadores não se limitam a apenas aos aspectos econômicos, o *capital simbólico* pertencente a alguns garante o êxito em suas negociações, permitindo com que as 'exceções' as regras implícitas do espaço sejam válidas. Assim como alerta Elias na obra *Estabelecidos e Outsiders* (2010), o poder grupal é um importante mobilizador de processos de identificação, instituindo distinções – cria-se a imagem do *nós*, mais carismático e coeso em oposição a *eles*, que não compartilham as mesmas regras, por não poderem pertencer as mesmas teias de relações.

Surgem reivindicações alegando que os moradores de Cabeceiras, sobretudo os mais pobres, estão tendo seus espaços tomados no cemitério por estrangeiros e por túmulos de famílias mais abastadas. Em contraste, há outras que defendem as tensões, afirmando que estes acabam embelezando e organizando melhor o espaço e os sepultamentos estrangeiros não devem ser barrados, já que o terreno é público. O que está em jogo nessas duas visões opostas não diz respeito apenas ao terreno físico do cemitério, vai além, diz respeito aos seus próprios 'terrenos' calcados na comunidade – conseguir burlar as regras implica negociações com grupos de poder, o que implica estar dentro dessas redes.

Apesar da aparente centralidade, essa disputa não se encerra apenas entre penitentes e moradores. Alguns sepultamentos foram facilitados, graças ao agenciamento entre familiares do morto e lideranças da Igreja Católica da localidade. Ademais, o coveiro local também exerce uma posição particular nessa realidade: além de construtor dos túmulos, o mesmo apresenta laços familiares com o Decurião-Chefe Antônio; fator que acaba acirando tensões em relação a gestão do cemitério realizado por Epitácio; principalmente após o

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

mesmo ter proibido as construções tumulares devido à pressão de parte da comunidade.

Conclusão

Os resultados apresentados aqui, fazem parte de um recorte preliminar a partir do projeto de iniciação científica intitulado: “Ritos de morte e (re) nascimento: A caminhada Penitencial dos Irmãos da Cruz no Espaço Público em Barbalha/CE”, sob a orientação da professora Renata Marinho Paz.

Tratar a trajetória da Irmandade em consonância com as transformações que a mesma enfrentou dentro de sua Comunidade e na gestão dos espaços, é profícuo pois compactuamos aqui com outro viés dos estudos patrimoniais: apresentamos os sujeitos perfazendo essas narrativas e negociando novas relações de poder ao passo que tensiona as antigas. Desta forma, está exposto como a Irmandade de Penitentes relaciona-se com outros sujeitos e grupos de interesses em Cabeceiras, diante da gestão do Cemitério Público, e como as tensões se acentuaram concomitante a desfragmentação do grupo.

Nesse relato etnográfico unimos as contribuições teóricas da antropologia contemporânea com clássicos da sociologia da alteridade e do conflito. O resultado apresenta uma análise multifacetada, que conversa com esferas mais amplas do social, tais como: a intervenção patrimonial nos grupos rurais, as tensões na Irmandade da Cruz e a ausência do poder público na gestão do espaço.

Referências

ALEXANDRE, Julcielo Ferreira. Caminho das Valas Comuns: Práticas Fúnebres em Tempo de Epidemia do Cólera no Crato-CE (1862). **XXVII Simposio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal-RN, 22 a 26 julho de 2013.

BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. In: **Razões Práticas**. 9 ed. Campinas, SP: Papius, 1996.

ELIAS, N., SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996

NOVAES, Sylvia Caiuby. “A construção de imagens na pesquisa de campo em antropologia.” In: **Iluminuras**, Porto Alegre: v.13, n. 31, 2012.

SIMMEL, Georg. “A natureza sociológica do conflito”. In: MORAES FILHO, E. **Georg Simmel**. São Paulo: Ática, 1983.